

SÚMULA DO PARECER TÉCNICO 70/13/IE

PROCESSO: 43/2010
INTERESSADO: Destilaria São Jorge Ltda.
ASSUNTO: Ampliação industrial e expansão do cultivo de cana de açúcar para incremento da produção de açúcar, etanol e energia elétrica
MUNICÍPIO: Santana da Ponte Pensa

1. INTRODUÇÃO

Trata-se da súmula do Parecer Técnico 70/13/IE, elaborado pelo Departamento de Avaliação Ambiental de Empreendimentos, para subsidiar o licenciamento ambiental prévio da ampliação da capacidade industrial licenciada, porém não implantada, e expansão das áreas de plantio de cana de açúcar da Usina de Açúcar e Alcool da empresa Destilaria São Jorge, localizada no município de Santana da Ponte Pensa.

2. DESCRIÇÃO DO EMPREENDIMENTO

O parque industrial do empreendimento, com área de 59.320,81 m², será implantado no imóvel denominado Sítio Vista Alegre, km 8,8 da Via Municipal Vereador José Pagiado, no município de Santana da Ponte Pensa. O parque industrial e as áreas agrícolas inserem-se na Bacia do Rio São José dos Dourados – Unidade de Gerenciamento de Recursos Hídricos – UGRHI 18.

O empreendimento tem como objetivo aumentar a capacidade atual licenciada, porém não implantada, de moagem de cana-de-açúcar de 800.000 t/safra para 2.000.000 t/safra, com produção de etanol de 65.564,13 m³/safra para 94.256,24 m³/safra e início da produção de açúcar em 100.000 t/safra, aumentando a capacidade energética instalada de 5 MW para 9 MW. A área agrícola do empreendimento abrange, além do município sede, Santana da Ponte Pensa, parte dos municípios de Nova Canaã Paulista, Palmeira d'Oeste, Santa Fé do Sul, Santa Salete, São Francisco, Três Fronteiras e Urânia.

Conforme o Zoneamento Agroambiental para o Setor Sucroalcooleiro, definido pela Resolução SMA-SAA 04/08, alterada pela Resolução SMA-SAA nº 6/2009, o parque industrial do empreendimento está localizado em área *Adequada com Restrições Ambientais* e as áreas agrícolas estão localizadas em áreas *Adequadas com Limitações Ambientais* e *Adequadas com Restrições Ambientais*. As áreas agrícolas necessárias para produção da matéria-prima serão arrendadas, totalizando 25.392 ha.

O investimento total previsto para as obras de ampliação do empreendimento é de aproximadamente R\$ 237.727.240,00, sendo R\$ 81.541.240,00 destinados à ampliação industrial e R\$ 158.186.000,00 para a expansão agrícola.

3. COMPATIBILIDADE LEGAL

Foram apresentadas as manifestações das Prefeituras Municipais atendendo o definido nos artigos 5º e 10 da Resolução CONAMA 237/97. Deverá ser cumprida a Resolução SMA 33/07, que proíbe a queima da palha da cana como prática de pré-colheita para as áreas agrícolas.

4. IMPACTOS AMBIENTAIS E MEDIDAS MITIGADORAS

A avaliação dos principais impactos foi realizada considerando a Resolução SMA 88/2008 que define as diretrizes técnicas para o licenciamento de empreendimentos do setor sucroalcooleiro no Estado de São Paulo. Foram analisados os principais impactos e medidas mitigadoras, conforme segue:

•Expectativa da População Quanto à Ampliação do Empreendimento

De acordo com a pesquisa de percepção apresentada, foram mencionados como principais aspectos negativos a poluição provocada pelas queimadas, monocultura, desmatamento, odor da

vinhaça e aumento da população pela migração de mão de obra de outras regiões. Para a LI, será apresentado um Programa de Comunicação e Participação Social detalhado, contemplando esclarecimentos à população sobre as medidas ambientais adotadas para mitigar os problemas apontados na Pesquisa de Percepção Ambiental.

•Impactos Gerados no Canteiro de Obras

A ampliação industrial ocorrerá com reduzida movimentação de solo. Para a emissão da LO deverá ser apresentado balanço das ações realizadas no âmbito do Programa de Controle Ambiental das Obras, contemplando o gerenciamento de resíduos da construção civil e recuperação das áreas afetadas pelas obras.

•Geração de Empregos e Impactos Relacionados à Mão de Obra

Após a ampliação, para a operação do empreendimento está prevista uma demanda de 616 funcionários durante a safra, com aumento previsto no quadro geral de funcionários em relação à situação atual. Deverá ser apresentado para a LI um Programa de Treinamento e Capacitação de Mão de Obra Local para capacitar e priorizar a contratação da mão de obra da região.

•Impactos sobre a Infraestrutura e Equipamentos Municipais

Para minimizar eventuais impactos da mão de obra do empreendimento sobre a infraestrutura municipal como a educação, deverá ser priorizada a contratação de mão de obra local. Para a LI, o empreendedor deverá apresentar Programa de Reforço da Infraestrutura Municipal em parceria com as Prefeituras Municipais.

•Aumento do Tráfego de Veículos

Com a ampliação do empreendimento, estima-se um aumento do fluxo de veículos para 474 viagens diárias para o transporte de trabalhadores, produtos acabados, matéria prima, subprodutos, dentre outros. Para mitigação dos impactos decorrentes do aumento do tráfego de veículos sobre o sistema viário, deverá ser implementado um Programa de Controle de Tráfego de Veículos e Conservação das Estradas, contendo termo de cooperação firmado com as Prefeituras Municipais.

•Interferências no Patrimônio Arqueológico

O Relatório do Diagnóstico Arqueológico do parque industrial e áreas de plantio de cana de açúcar foi aprovado pelo IPHAN. Para a emissão da LI, deverá ser apresentado um Programa de Prospecções Arqueológicas Intensivas e um Programa de Educação Patrimonial para a área de influência do empreendimento, com respectiva manifestação do IPHAN.

•Intervenções em Remanescentes de Vegetação Nativa e em Áreas de Preservação Permanente (APPs)

Os fragmentos de vegetação nativa na AID são de Floresta Estacional Semidecidual, Cerrado e áreas de contato entre as duas formações, e, apresentam sinais de degradação antrópica com presença de cipós em áreas de borda. As áreas agrícolas se localizam em região de média prioridade para o estabelecimento da conectividade (Projeto Biota-Fapesp), e ocorrem cultivos em *Áreas Adequadas com Restrições Ambientais*, conforme Zoneamento Agroambiental do Setor Sucrialcooleiro. Desta forma, será necessária a adoção de Programa de Implantação de Corredores Ecológicos para conectar fragmentos de vegetação nativa entre si e às APPs, além da implantação do Programa de Conservação e Manejo da Vegetação Nativa Remanescente em áreas próprias e de Apoio à Regularização Ambiental das Áreas de Reserva Legal e Áreas de Preservação Permanente de áreas arrendadas e de fornecedores.

•Impactos sobre Unidades de Conservação

Na área de influência do empreendimento não há Unidades de Conservação instituídas no âmbito Federal ou Estadual. Considerando a localização do empreendimento, não foram identificados impactos sobre Unidades de Conservação.

•Impactos sobre Comunidades Faunísticas

Foram identificadas 13 espécies da fauna ameaçadas de extinção na AID. A ocupação do solo, com aumento das atividades operacionais no campo e da circulação de trabalhadores rurais e de veículos e máquinas poderá promover alterações nos recursos naturais disponíveis e na

segurança da fauna. Para a LI, o empreendedor deverá apresentar um Programa de Monitoramento Sazonal da Fauna, e apresentar um Programa de Capacitação para motoristas, trabalhadores e proprietários rurais visando minimizar impactos como atropelamento, caça, pesca e degradação de áreas naturais.

•Impactos sobre a Disponibilidade Hídrica

A demanda hídrica industrial será de 270 m³/h proveniente de captação superficial no Ribeirão da Ponte Pensa, outorgada pelo DAEE. De acordo com o EIA, será atendido o limite de 0,7 m³ de água/t de cana processada, conforme estabelecido pela Resolução SMA 88/08 para áreas classificadas como *Adequadas com Restrições Ambientais*. Para acompanhamento das medidas ambientais previstas deverá ser apresentado relatório do Programa de Monitoramento das Águas Superficiais para a fase de LO.

•Alteração da Qualidade do Ar Decorrente da Queima do Bagaço na Caldeira

O empreendedor informou que a usina irá operar com duas caldeiras com capacidade de 100 e 150 toneladas de vapor por hora. O estudo de dispersão indicou que as emissões das caldeiras atenderão os limites estabelecidos pela Resolução CONAMA nº 382/06, bem como será atendido o padrão de qualidade do ar estabelecido pela Resolução CONAMA nº 03/90. Para a LO, o empreendedor deverá realizar amostragem comprobatória em chaminé para as caldeiras, e caso as emissões amostradas se encontrem acima dos valores propostos, a empresa deverá promover a adequação das mesmas.

•Desencadeamento de Processos Erosivos Devido ao Cultivo de Cana-de-açúcar

As áreas agrícolas situam-se em zona de alta, média e baixa suscetibilidade a processos erosivos. Para prevenir e mitigar a ocorrência de processos erosivos nas áreas agrícolas, o EIA propõe um Programa de Conservação do Solo que contempla práticas de caráter mecânico e de manejo agrícola. Para a LO, deverão ser comprovadas as ações realizadas no âmbito do Programa de Conservação do Solo.

•Geração de Resíduos Sólidos

Na fase de operação, o resíduo sólido de maior representatividade será o bagaço da cana de açúcar, que será queimado nas caldeiras e utilizado na cogeração de energia. Para a LI, deverá ser apresentado um Programa de Gerenciamento de Resíduos Sólidos, de acordo com legislação vigente.

•Geração de Efluentes Líquidos

Os efluentes domésticos gerados serão encaminhados para uma Estação de Tratamento Compacta a ser construída. Quanto à geração de efluentes industriais, estima-se a geração de 19 m³/h de águas residuárias e de 335 m³/h de vinhaça. A vinhaça juntamente com as águas residuárias será aplicada na lavoura. Para a LI deverão ser apresentados os sistemas de coleta, armazenamento, tratamento e destinação final dos efluentes domésticos e industriais.

•Risco de Acidentes Devido ao Armazenamento de Combustíveis

O empreendimento armazenará etanol em três tanques, sendo dois com 10.000 m³ de capacidade cada e um com capacidade para 20.000 m³, totalizando 40.000 m³. O etanol, classificado como líquido inflamável, é uma substância de interesse da Norma CETESB P4.261/03, porém a usina situa-se distante de núcleos urbanos. Para a fase de operação deverá ser comprovada a implantação do Programa de Gerenciamento de Risco e de sistema de combate a incêndio.

• Risco de Contaminação do Solo e dos Recursos Hídricos Decorrentes da Aplicação da Vinhaça na Lavoura de Cana de Açúcar

Conforme o Mapa de Vulnerabilidade do Aquífero, são previstas áreas agrícolas em áreas *Adequadas com Restrições Ambientais* com alta vulnerabilidade do aquífero. Para a LI deverá ser apresentada caracterização hidrogeológica das áreas agrícolas para aplicação de vinhaça, localizadas em zona de alta vulnerabilidade do aquífero, assim como Plano de Manejo adequado às exigências expressas na Norma Técnica CETESB P4.231/06 e Resoluções SMA 88/08 e 14/10.

•Risco de Contaminação do Solo e dos Recursos Hídricos Decorrentes da Utilização de Agrotóxicos

O EIA propõe que a aplicação dos agrotóxicos seja rigorosa e criteriosa, controlada por técnico responsável, principalmente quanto às dosagens a serem empregadas, seguindo o estabelecido na legislação vigente. Para a LI o empreendedor deverá apresentar um Programa de Minimização de Uso de Agrotóxicos, contemplando ações de controle biológico de pragas, práticas culturais e ambientalmente adequadas de uso e aplicação de agrotóxicos.

5. PROGRAMA DE COMPENSAÇÃO AMBIENTAL

O Programa de Compensação Ambiental foi apresentado no EIA, para atendimento à Lei Federal nº. 9985/00 regulamentada pelo Decreto Federal nº. 4340/02 e alterada pelo Decreto Federal 6848/09. Caberá à Câmara de Compensação Ambiental da SMA definir a destinação e a forma de pagamento dos recursos da compensação, sendo a apresentação do comprovante de pagamento pelo empreendedor condicionante à emissão da LI. Para a LO deverá ser apresentado relatório contábil, comprovando o montante efetivamente despendido na implantação do empreendimento, visando a realização de ajustes no valor destinado à compensação ambiental do empreendimento.

6. CONCLUSÃO

Em função do exposto, a equipe do Departamento de Avaliação Ambiental de Empreendimentos entende que o empreendimento é ambientalmente viável, desde que atendidas as medidas propostas no EIA e as exigências do Parecer Técnico 70/13/IE. Nestes termos, submete ao CONSEMA para apreciação e deliberação sobre a viabilidade ambiental da Ampliação Industrial e Agrícola da Destilaria São Jorge Ltda., localizada no município de Santana da Ponte Pensa.

São Paulo, 18 de fevereiro de 2013.

Ana Cristina Pasini da Costa
Diretora
Diretoria de Avaliação de Impacto Ambiental